



Entrevista com Antonia de Loures Colbari

Arthur Almeida¹

RESUMO

A entrevista percorre o período da formação do curso de Ciências Sociais na UFES a partir do olhar de uma das protagonistas desta história, pessoa que tanto colaborou com esta constituição: Prof. Dr. Antônia Colbari. O diálogo ainda versa sobre as mudanças ocorridas nos 25 anos da existência do departamento de ciências sociais, sua importância local e nacional. Assim, esperamos, por meio desta entrevista, conseguir uma visão privilegiada deste momento e que a mesma possa nos servir de apreço ao conhecimento histórico de uma participante ativa na constituição das Ciências Sociais em terras capixabas.

Recebido em 01/02/2017

Aceito para publicação em 01/04/2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.25067/s.v1i21.16824>

Apresentação

Antonia de Lourdes Colbari é professora aposentada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e integra o quadro de professores da pós-graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. Doutorou-se em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1987 e desde 1977, mesmo ano em que completou seu mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, está ligada à docência universitária, completando em 2017 40 anos de carreira. Sua extensa vida acadêmica gerou diversos frutos, como três livros publicados, 16 capítulos em livros, mais de 30 artigos publicados em periódicos, mais de 60 participações em congressos e quase 50 trabalhos apresentados.

Neste período viu o florescer do Departamento de Ciências Sociais da UFES (fundado um ano antes de sua entrada) e posteriormente a criação do curso de Ciências Sociais da mesma universidade. É, portanto, uma figura

¹ Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória - Brasil. E-mail para contato: almeida.arthuras@gmail.com.

importantíssima na consolidação do curso de ciências sociais no Espírito Santo. Não apenas na formação institucional de uma graduação na universidade capixaba, mas sua importância estende-se a própria constituição das Ciências Sociais no Espírito Santo, dedicando boa parte de sua carreira ao estudo sociológico das relações de trabalho, sindicalismo e imigração no estado que a recebeu. Não são em vão as homenagens recebidas por diversas vezes pelos estudantes do curso.

A entrevista a seguir percorre o período da formação do curso de Ciência Sociais na UFES a partir do olhar de uma das protagonistas desta história, pessoa que tanto colaborou com esta constituição. O diálogo ainda versa sobre as mudanças ocorridas nos 25 anos da existência do departamento de ciências sociais, sua importância local e nacional. Assim, esperamos, por meio desta entrevista, conseguir uma visão privilegiada deste momento e que a mesma possa nos servir de apreço ao conhecimento histórico de uma participante ativa na constituição das Ciências Sociais em terras capixabas.

Entrevista

AA: O curso de ciências sociais da UFES foi criado no início da década de 90, precisamente no ano de 1991, período conturbado da política brasileira que tanto deixava um ar de otimismo – Constituição de 1988 – como pessimismo – crise, inflação, corrupção, etc. Como se deu a criação de um curso de ciências sociais em meio a este cenário social?

AC: No palco internacional e nacional, perplexidades e expectativas atuavam como combustível para elevar o debate público e os esforços analíticos empenhados em decifrar as inflexões no curso histórico. Apesar do contexto provocativo, a criação do curso de ciências sociais está mais estreitamente vinculada a fatores internos decorrentes de motivações individuais e da dinâmica institucional. Havia a cobrança – quase sempre difusa, ocasional, – vinda de dirigentes da UFES empenhados na expansão da universidade, de técnicos de órgãos públicos e de docentes de áreas conexas. Além disso, era crescente o interesse de muitos professores do Departamento de Ciências Sociais (DCSO) em ter o curso na área, apesar de algumas tentativas infrutíferas ensaiadas em outros momentos. Pesava o receio de se criar um curso superior desacoplado de um rumo profissional mais definido. Com forte presença em outros cursos da área de humanidades e de ciências sociais aplicadas, a dúvida de muitos era se já não havíamos formado uma massa crítica suficiente para

sustentar algo mais audacioso – um curso de pós-graduação.

Entender essa divergência envolve alguns comentários sobre a trajetória do DCSO. A criação do bacharelado em ciências sociais foi precedida pela construção de um patrimônio em termos de experiência de ensino, que vinha de muito tempo. Como unidade administrativa autônoma o departamento surgira em 1976, sendo responsável por várias de disciplinas de “formação” (na linguagem da época, o ciclo básico) em vários cursos, como Comunicação Social, Serviço Social, Administração, Direito, Economia e Arquitetura, Educação, História, dentre outros.

Essa fronteira alargada do DCSO, em termos de oferta de disciplinas, além das experiências diferenciadas de ensino, repercutia na convivência profissional com outras áreas de conhecimento, outros domínios acadêmicos, nas parcerias de pesquisa e de extensão, orientação ou coorientação de monografias de graduação e de bolsistas de iniciação científica. Alguns docentes também atuavam em cursos de pós-graduação. Essa capilaridade era estimulante, instigando sempre à construção de pontes entre as referências teóricas das ciências sociais e suas apropriações em campos específicos, com suas próprias temáticas e interesses singulares. A receptividade dos alunos era recompensadora. Não foram poucos que, em conversas informais e mesmo nas aulas, manifestaram interesse em frequentar um curso de pós-graduação em ciências sociais.

Em 1989, foi constituída a comissão de docentes do DCSO, da qual fazia parte o professor Domingos de Freitas Filho – incansável defensor da iniciativa e regente da sequência de etapas de trabalho que resultaram no projeto de criação do bacharelado em ciências sociais. Aprovado pelo Conselho Universitário da UFES, em 1990 (Resolução 18 do Conselho Universitário da UFES), com ingresso da primeira turma em 1991 e o reconhecimento pelo MEC, em 1996 (Portaria n.º 1.109), inicialmente, funcionava no horário noturno, com ingresso anual e oferta de 40 (quarenta) vagas. A partir do vestibular de 1999, a oferta foi ampliada para 60 (sessenta) e, a partir de 2002, foram 80 (oitenta) vagas ofertadas em dois períodos: metade para o turno vespertino, com entrada no primeiro semestre; a outra metade para o turno noturno, com entrada no segundo semestre. A estrutura do curso incluía disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas e aquelas focadas no trabalho final de conclusão de curso (Monografia I e Monografia II).

Outro momento significativo nessa trajetória ocorrera em 1993, com a criação de outra habilitação – a licenciatura em Ciências Sociais – em atendimento a

uma reivindicação dos alunos. Ofertada a partir de 1994, inicialmente mantinha o núcleo de disciplinas do bacharelado e acrescentava um elenco de matérias específicas ao exercício do magistério. No decorrer dos anos, como refletem os planos pedagógicos de 2002 e 2006, as normatizações a respeito da formação de professores têm elevado a carga horária necessária à conclusão da licenciatura. E mais: a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no currículo do ensino médio, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 1, de 2009, fomentou o interesse de muitos graduandos em priorizar a referida habilitação.

Aqui, cabe a mencionarmos PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Docência), no DCSO, implantado em 2014, com a finalidade de formar futuros docentes para as disciplinas de ciências sociais do ensino médio; promover a formação continuada de professores de Sociologia atuantes nessa modalidade de ensino; e consolidar a habilitação em licenciatura na graduação em ciências sociais da UFES.

Em linhas gerais, as mudanças no projeto pedagógico e na grade disciplinar decorreram da necessidade de adequação ao repertório de leis sobre a educação, das recomposições do quadro docente do DCSO e dos problemas identificados no funcionamento do curso. Algumas dessas mudanças foram mais técnicas, mais objetivas, como a redução de pré-requisitos, a alteração nas ementas e o esforço de tornar mais claras e operacionais as normas de execução e de avaliação do trabalho de conclusão de curso. Outras foram mais substantivas e refletiam a movimentação no campo das disciplinas – no caso, destacam-se a equalização entre as três irmãs (Antropologia, Sociologia e Ciência Política) –, as novas linhas de pesquisa e as novas demandas colocadas às universidades públicas.

As alterações nos conteúdos e na arquitetura curricular são inevitáveis. Uma das mais significativas resultou na flexibilização dos percursos formativos a partir do quinto período: os créditos necessários para a conclusão da graduação são integralizados com disciplinas optativas. Para os alunos, registram-se os ganhos em termos de liberdade de escolha, favorecendo os que almejam o ingresso imediato em um curso de pós-graduação. Os professores se beneficiaram com a ampliação da oferta dessas disciplinas, conquistando espaços para explorar no ensino os temas e abordagens de interesse. Mas, vejo também perdas, pois o novo formato tende a reforçar a dispersão ou a especialização precoce, tornando menos sistematizado e mais tutorial o percurso formativo do aluno. Replica-se a tendência verificada no campo das disciplinas: a crescente especialização ou, mais precisamente, a fragmentação teórica e temática, até porque são fatos

inseparáveis. Inevitavelmente, a especialização cobra o seu preço. Esmorece as aventuras do espírito, a curiosidade e a imaginação – as asas do conhecimento fecundante.

A criação do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PGCS), em 2009, impôs a necessidade de volume e adensamento da atividade científica. Tornam-se vitais os investimentos para a produção científica mais sistemática e qualificada. Não basta a dedicação ao ensino, pois, como alerta Bourdieu, as posições ocupadas no campo acadêmico e o status dessas posições dependem cada vez mais de publicações, titulação, participação em grupos ou redes de pesquisa, em âmbito nacional e internacional. Desses indicadores derivam os esquemas classificatórios, critérios de distinção, e as perspectivas de obtenção de recursos para a consolidação da pesquisa científica que, por sua vez, tem desdobramentos importantes no curso de graduação.

Apesar das sólidas articulações entre os dois níveis de cursos do DCSO, evidenciadas na presença dos egressos da graduação no ingresso na pós-graduação e a participação dos graduandos em projetos vinculados às linhas de pesquisa do PGCS, os impactos para ambas as habilitações (bacharelado e licenciatura) ainda são seletivos.

AA: A história da UFES é muito mais longa do que a história do curso de ciências sociais. Como era a UFES no momento da criação do curso de ciências sociais? Como era a vida acadêmica da Universidade? Existia de fato um curso de ciências sociais? Qual era a proposta acadêmica do curso neste início de trajetória?

AC: De 1976 a 1991 (respectivamente, constituição do DCSO e início do curso de graduação em ciências sociais), a UFES havia sido palco de significativas mudanças no seu aparato institucional e no perfil das atividades acadêmicas. Alguns fatos merecem destaque nessa mudança, como a abertura do primeiro programa de pós-graduação da UFES (PPGE), em 1978, e a criação da Sub-Reitoria (posteriormente Pró-Reitoria) de Pesquisa e Pós-Graduação, em 1981. Houve significativo aumento do número de cursos de graduação e, em ritmo mais lento, também na implantação de programas de pós-graduação. As atividades de pesquisa e de extensão (associadas ou não) apresentaram notável crescimento. A ação institucional foi decisiva para elevar a qualificação do quadro de professores. Foram muitos os docentes titulados com o apoio institucional para cursar mestrado e doutorado. Atualmente, também o pós-doutorado.

A gestão da UFES, no quadriênio 1992-1995, empenhou-se em modernizar a instituição em vários aspectos. Algumas iniciativas tiveram impacto visível no ensino, na pesquisa e na extensão, como a melhoria no sistema de informática e de comunicação; a ampliação do acervo da Biblioteca Central; e a afirmação do protagonismo das três reitorias responsáveis pela gestão das atividades-fim da instituição: PROGRAD, PRPPG e PROEX. E esse processo teve continuidade, nas gestões posteriores: o acervo bibliográfico físico e digital continuou em expansão, além das facilidades de acesso ao Portal de Periódicos da Capes e outras bases de dados, fontes preciosas para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos.

No âmbito do DCSO, a criação do bacharelado em ciências sociais foi um divisor de águas. E começamos bem: havia uma demanda reprimida para o curso, recebemos bons alunos, tivemos boas monografias e aprovação de egressos em conceituados cursos de pós-graduação.

Nesse início, embora com menos titulação e menos publicações, a vida acadêmica recebia outros estímulos decorrentes da existência de um ambiente de trabalho no interior dos ICs e prédios adjacentes e de uma interação presencial mais intensa entre professores, alunos e funcionários. A Biblioteca e o Cine Metrópolis, por exemplo, contavam com a presença mais densa de público acadêmico. A audiência das aulas, dos debates e palestras, a despeito do ranço protocolar (a lista de presença), era maior e, também por isso, repercutia mais.

Mas ainda era o limiar das mudanças nas relações e interações sociais, no rastro da “revolução” das mídias. Não são claros os impactos dessas mudanças no sentido e no fazer do trabalho docente e na postura dos discentes. Estão à prova a pertinência dos conteúdos ensinados e dos métodos utilizados, a estrutura da formação acadêmica e o modelo vigente de universidade. O futuro não está no radar. O formato da educação das gerações futuras continua a desafiar a imaginação e a capacidade analítica e formuladora de intelectuais e dirigentes políticos.

AA: As mudanças políticas observadas nos últimos 25 anos afetaram o curso de ciências sociais da UFES no que se refere às demandas postas ao departamento?

AC: A complexidade das mudanças em todas as esferas da vida social impacta indelévelmente as instituições de ensino e de pesquisa. O frenesi da contemporaneidade promove a desestabilização constante e o rearranjo

permanente. No Brasil, a dependência exclusiva do financiamento público de grande parte das instituições federais de ensino superior torna-as extremamente vulneráveis aos ciclos econômicos, à situação fiscal e aos projetos das elites dirigentes.

Nos termos dessa conversa, creio ser mais relevante pensar nos desdobramentos das mudanças macro e microssociais na arquitetura conceitual e na razão de ser das ciências sociais. Não cabe aqui discutir como ocorre a escolha das temáticas ou como as temáticas se impõem, a partir da realidade e dos movimentos teóricos no próprio campo e, principalmente, pela adesão antecipada a um ideário político e ideológico. Cabe sublinhar que, nesses 25 anos, o conteúdo das disciplinas e das monografias de graduação refletiram essas clivagens na sociedade, nas temáticas em voga, nos arranjos teóricos disponíveis e nas percepções e entendimento do mundo.

Outro registro foi (e tem sido) a abertura do leque temático, embora as abordagens e os recortes empíricos permaneçam mais focalizados, gerando uma infinidade de achados microscópicos e singulares à espera dos esforços de sistematização e de agregação. Menos provocadores se tornam alguns recortes macrossociais, “clássicos” em momentos anteriores, como as singularidades e as crises do capitalismo; as classes sociais; sociedade civil; Estado nacional, dentre outros. Por outro lado, alguns dos temas amplos têm provocado problematizações inovadoras, entre eles: família, religião, violência, fenômenos urbanos, mobilidade social, desemprego, conflitos étnicos e direitos humanos. Uma tendência clara nas escolhas é a busca pela originalidade e pela criatividade, priorizando-se os aspectos relacionados à espontaneidade na vida social, às práticas e representações, e a outros aspectos antes negligenciados, como os sentimentos e as emoções no contexto de significados da ação. Tem sido crescente a presença de matizes identitárias e/ou de referências subjetivas: pesquisa-se o que se gosta, o que está mais próximo do contexto de pertencimento dos analistas e de suas próprias experiências de vida.

AA: Como se deu a relação entre corpo docente e discente nestes últimos 25 anos? Podemos dizer que a participação discente foi fundamental para a consolidação do curso, por exemplo, no caso da atuação dos estudantes na criação do curso de licenciatura?

AC: Essa participação foi, certamente, um dos principais vetores das mudanças. As sucessivas alterações no projeto pedagógico e na grade curricular refletem, em grande medida, as demandas dos alunos que são avaliadores permanentes do funcionamento do curso, de seus méritos e seus deméritos.

E mais: a interferência dos alunos nas atividades acadêmicas vai muito além. A sala de aula é uma fonte de amadurecimento intelectual que impacta a pesquisa. Os alunos são uma audiência mais espontânea, imprevisível, questionadora e estimuladora, com a qual precisamos estabelecer um canal de comunicação e, a partir daí, balancear, modular e dosar os conteúdos julgados significativos. Os pares, nos espaços em que apresentamos os resultados da pesquisa, constituem uma audiência mais previsível, mais presa aos cânones, aos protocolos e aos floreios retóricos.

A valorização da participação discente, o diálogo permanente, a abertura para as críticas dos conteúdos das disciplinas e das práticas docentes, incluindo a avaliação, são decisivos para o andamento do curso, o enfrentamento dos desafios de crescimento, a afinação com os rumos das mudanças e a abertura de novas fronteiras de atuação profissional. Porém, penso eu, respeitar e valorizar os interesses e as percepções dos alunos não autorizam o “populismo acadêmico”, conluios e concessões que ferem a missão do ensino superior.

Essas relações também são moduladas pela heterogeneidade dos alunos. Ciente dos limites do viés impressionista, identifico três perfis: o aluno, em geral mais jovem, que pode se dedicar integralmente à formação acadêmica e tem um projeto profissional colado a essa formação (ensino, pesquisa, pós-graduação e assessoria, etc.); o aluno trabalhador (predominante no turno noturno) que racionaliza mais o tempo, valoriza o período de permanência na sala de aula e projeta uma mudança na carreira profissional ou, então, elevar a escolaridade e adensar o capital profissional; e o aluno que já tem um percurso de formação de nível superior e vem em busca de ampliação de conhecimentos ou enseja outros projetos de trabalho e/ou de vida. Caberia tipificar o numeroso contingente de evadidos, mas aqui está uma lacuna – a indisponibilidade de uma base de informação capaz de sustentar a análise do fenômeno, o que nos deixa impotentes diante dele.

AA: Qual a contribuição do curso de ciências sociais da UFES para as ciências sociais brasileiras? E qual a importância do curso de ciências sociais criado na UFES para o Espírito Santo?

AC: É muito difícil avaliar a contribuição de um curso específico para o respectivo campo de conhecimento. Nesses 25 anos, formamos quadros para o ensino, para pesquisa, assessoria e de profissionais que atuam em formulação e aplicação de políticas públicas. Infelizmente, não temos condições de acompanhar de forma sistemática os percursos profissionais dos egressos dos cursos. É grande a satisfação de encontrá-los em órgãos públicos, em

organizações sociais, empresas e instituições de ensino públicas e privadas, de nível médio e superior.

Sobre a produção científica, o nosso legado é significativo na ampliação do conhecimento a respeito de várias temáticas entre elas, movimentos sociais; meio ambiente; relações de trabalho; conflitos e identidades étnicas; estudos urbanos; violência; pensamento social brasileiro; instituições políticas; estudos das singularidades regionais; e etc.

A produção acadêmica em termos de ensino, pesquisa e extensão está mais robusta e significativa, formando um patamar sólido para sustentar os avanços que foram e continuam sendo trazidos pelas novas gerações de alunos e professores. Intensificou-se a presença de docentes e discentes em projetos e em eventos acadêmicos (na apresentação de trabalhos e na coordenação de mesas e grupos de trabalho) e na publicação de artigos e livros.

Os núcleos e os laboratórios de pesquisa foram sendo constituídos *pari passu* com a trajetória do curso de graduação, iniciada em 1991, e a pós-graduação, em 2009. Também no âmbito da divulgação científica, o DCSO avançou. Hoje contamos com três periódicos: Cadece, Sinais e Simbiótica. Registro uma iniciativa, infelizmente sem continuidade – a Mosaico – uma revista cujo primeiro número foi publicado em 1998, seguido por mais duas edições.

AA: Quais foram alguns dos nomes importantes de cientistas sociais que passaram pelo departamento nestes 25 anos e que não estão mais por aqui? Qual o legado destes acadêmicos?

AC: Prefiro não individualizar esse legado acadêmico. Temo a parcialidade e a injustiça. Destaco a contribuição coletiva de vários colegas que, em idas e vindas de projetos pessoais e profissionais, deixaram sua marca. Alguns foram (e continuam sendo) mais construtores – atuaram nos alicerces, nas atividades de gestão, na mobilização para os projetos, obstinados em torná-los viáveis, incluindo a expansão do quadro de professores e do espaço físico do DCSO. Outros estão mais confinados em atividades de ensino, pesquisa, orientações e coordenação de projetos, organização de eventos, etc.

Em consideração ao foco da entrevista, resgato da memória nomes de professores que assumiram a árdua tarefa de coordenação do curso. São eles: Roberto Belling Neto, José Luiz Piôto D’Avila, Alberto Tosi Rodrigues (em memória), Yara Candelária da Rocha, Sandra Vicentin de Oliveira, Mauro Petersem Domingues, Euzenéia Carlos do Nascimento, Sandro José da Silva e, atualmente, Patrícia Pereira Pavesi.

Nesses 25 anos, o patrimônio acadêmico das ciências sociais na UFES se expandiu. O repertório teórico e temático se diversificou e se tornou mais complexo e mais refinado. A continuidade desse período promissor é cada vez mais instigada à inovação e à criatividade.

Temos muitos desafios. Um deles é refletir sobre as transformações no campo do conhecimento, as mudanças nas profissões e as perspectivas futuras para os jovens e não tão jovens, que concluíram e concluirão o curso de ciências sociais.

E aqui é preciso uma dose de autocrítica e muita disposição para redefinir o formato do curso. Identifico pelo menos duas situações de emergência. A primeira mira o bloco das metodologias que, a meu ver, carece de laboratórios para treinamento focado na operacionalização de bancos de dados, dos *softwares* específicos de pesquisa quantitativa e qualitativa. A base de conhecimentos de metodologia e de técnicas de pesquisa é bem trabalhada, mas não é suficiente para formar os diversos perfis de pesquisadores. Nossas ferramentas mentais são apuradas, mas as habilidades operacionais de uma investigação científica precisam ser desenvolvidas, capacitando-se (ou refinando a bagagem já adquirida) alunos e professores para o manejo dos recursos tecnológicos, indispensáveis para aplicação tanto dos métodos estatísticos e suas possibilidades de modelagem quanto dos métodos de análise de textos, sons e imagens.

A segunda identifica muitos espaços pouco explorados, entre eles as articulações mais estreitas com outras instituições de ensino superior; instituições governamentais de pesquisa, como Instituto Jones dos Santos Neves, IBGE, IPEA e similares; organizações *think tanks*; organizações não governamentais e organizações do mercado. O nosso padrão de atuação tem reforçado a divisão do trabalho entre a pesquisa centrada nas demandas do próprio campo acadêmico (o fortalecimento das linhas de pesquisa e interesses teóricos dos próprios pesquisadores, o que é promissor para a autorreprodução) e a pesquisa aplicada cuja demanda provém da sociedade, dos governos e do mercado. Falta-nos (e aqui me refiro às ciências sociais brasileiras) uma tradição de profissionalidade.

O confinamento institucional ensimesmado não é saudável para ampliação das fronteiras teóricas e das possibilidades de aplicação do conhecimento produzido. Dificulta a visibilidade de nossas potencialidades de atuação e de nossa importância social. Essas considerações são relevantes tanto para a reflexão sobre a validade/utilidade do conhecimento que produzimos quanto para se discutir a ampliação do horizonte de profissionalização dos egressos do

curso de ciências sociais. A expansão das fronteiras para além do circuito acadêmico, além de elevar a nossa densidade social, poderia resultar em vagas de estágios e abertura de espaços no mercado de trabalhos para esses egressos.

São vários os estudos que destacam, nos países mais avançados, a crescente opacidade e/ou diluição das fronteiras entre os diversos espaços: ciência e suas aplicações, cultura, educação, políticas públicas e demandas oriundas do mercado. Além de ofuscar essas demarcações, o caráter imperativo da criatividade e da inovação tende a estimular novas parcerias e o aparecimento de outras fontes de apoio e financiamento.

AA: Estes 25 anos de história conferiu uma identidade comum para o curso de ciências sociais ou ele é tão diverso e fragmentado a ponto de não ser possível verificar uma identidade comum?

AC: É da "natureza" do nosso ofício lidar com um objeto multifacetado e em movimento (em direções frequentemente não previsíveis), desafiando o potencial explicativo das teorias disponíveis para capturar os movimentos da realidade que se revela mais complexa, desordenada e imprevisível, pondo à prova os recursos metodológicos em uso.

No caso dos cursos de ciências sociais, faz parte da afirmação da identidade, a fragmentação temática, a diversidade de abordagens e dos modelos analíticos construídos, bem como a ampliação do leque de estratégias de pesquisa e de intervenção. A trajetória de desenvolvimento das diferentes disciplinas científicas tem sido marcada pela especialização crescente que, no campo das ciências sociais, gera tendências contraditórias. Por um lado, tribaliza os espaços de compartilhamento de experiências de pesquisa, de explicitação das inquietações de ordem teórica e metodológica e de reflexão acerca da relevância dos resultados produzidos. Por outro, essa fragmentação tem sido acompanhada de uma nuclearização que transcende fronteiras. Os esforços de internacionalização (mais espontânea e/ou pressionada por órgãos como Capes e CNPq) estimula o cosmopolitismo em detrimento do paroquialismo.

Outra marca identitária é a convivência (mais harmônica ou mais conflituosa) com pluralidade paradigmas que, de alguma maneira, toca um ponto nevrálgico na constituição e no desenvolvimento das ciências sociais: a tensão permanente e inevitável entre o discurso moral (o "espírito da época", a opinião pública, o sistema de crença dos pesquisadores e suas preferências políticas) e os cânones da produção da ciência, o conhecimento metódico, que pode ser avaliado pela eficiência em contribuir para ampliar as fronteiras e as potencialidades analíticas

Almeida

do próprio campo e/ou ainda se desdobrar em aplicação para resolver problemas e crises, mediar conflitos e amenizar o sofrimento humano.

Vitória, 19/12/2016